



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# 50

*Discurso sob o título O Brasil que volta a ser terra das oportunidades, por ocasião do almoço oferecido pela comunidade empresarial*

**NOVA YORK, EUA, 19 DE ABRIL DE 1995**

*Senhoras e Senhores; Membros do Comitê Organizador; Foi com satisfação que aceitei o convite para este almoço. Não poderia deixar de incluir, nesta minha visita aos Estados Unidos, um encontro com a comunidade empresarial. Neste momento em que o Brasil retoma sua vocação de crescimento e oferece promissoras oportunidades de investimentos, é natural que haja grande desejo de conhecer as perspectivas do País.*

As empresas que as senhoras e os senhores representam têm interesses concretos no Brasil. Muitas delas estão instaladas em meu país e ali geram empregos e riqueza. Trago-lhes a mensagem de um Brasil renovado, que encontra sua força nos valores democráticos e nos princípios da economia de mercado; a de um país que sabe que a contribuição da iniciativa privada é decisiva para o êxito de seu projeto de desenvolvimento.

Ao escolher-me Presidente, a população brasileira fez uma opção clara por um programa de Governo. Um programa centrado na estabilização e no crescimento da economia. Nada me fará desviar do objetivo de preservar o Plano Real e de dar-lhe condições de sustentabilidade

no longo prazo, promovendo, para tanto, as reformas necessárias. Para isso fui eleito.

A sociedade brasileira sabe que a estabilidade é o caminho necessário para o crescimento. Talvez tenha sido difícil chegar a essa compreensão, simples e pragmática, da realidade econômica. Hoje obtivemos, no Brasil, o consenso necessário para implementar um programa de estabilização num contexto de equilíbrio das finanças públicas, abertura para o exterior e redefinição do papel do Estado na economia.

Também compreendemos que os planos devem ser simples, democraticamente construídos. Enterramos, junto com a chamada “década perdida” de 80, os planos de combate à inflação de caráter autoritário, baseados na imposição pelo Governo de pacotes de medidas. Esses planos revelaram-se efêmeros e ilusórios. Acabaram por retirar credibilidade à moeda nacional, por produzir uma situação de desordem macroeconômica, em que os instrumentos tradicionais de política fiscal e monetária já não cumpriam sua função.

Estamos prestes a completar dez meses do Plano Real. A taxa de inflação, que por vários meses havia sido superior a 40% ao mês e aproximou-se, em julho de 1994, do nível de 50%, reduziu-se consideravelmente. A taxa acumulada no primeiro trimestre de 1995 foi de 3,9%, a menor para este período dos últimos 26 anos.

A economia está sendo gradualmente desindexada. Responde ao comando dos mecanismos de política monetária e fiscal. As reservas internacionais elevadas dão ao Governo ampla margem de manobra para eventuais correções pontuais de rumo. Não há, hoje, pressões inflacionárias reprimidas como as que acabaram por destruir planos anteriores, nem há ameaça de desabastecimentos. A safra recorde de 1994 deverá expandir-se ainda mais neste ano, alcançando cerca de 80 milhões de toneladas de grãos. As condições são, em suma, amplamente favoráveis ao êxito da estabilização.

Fora da estabilidade não há desenvolvimento e não há justiça social. O êxito do Plano Real derrubou o argumento daqueles que o consideravam como um conjunto de medidas inconsistentes com o crescimento ou com a melhoria do poder aquisitivo dos salários. Em vez de

recessão, tivemos expansão do PIB de 5,7%, em 1994. Em vez de supostas perdas, tivemos ganhos na massa salarial, ganhos esses que, de resto, explicam o aumento do consumo e o crescimento econômico atuais. Estima-se que cerca de 12 bilhões a 15 bilhões de dólares foram transferidos ao consumidor com a abrupta diminuição do imposto inflacionário.

O Plano Real é reflexo de um Brasil diferente, de um país em que a democracia se consolidou plenamente, de uma sociedade que desejava a estabilização, mas que já não esperava e não acreditava em milagres. Hoje, dispomos de base firme para prosseguir. A democracia é a melhor garantia do êxito do programa de estabilização.

Contamos com o apoio da população, dos agentes econômicos, da grande maioria das forças políticas da Nação. Sabemos o rumo dos passos a serem dados. Não há espaço para recuos.

As reformas necessárias serão implementadas. Muitas passam por revisões na Constituição. A Carta de 1988 é um documento que reflete um momento histórico muito preciso na vida brasileira. Saímos de um longo período de exceção e queríamos transformar o País. Escolhemos o texto constitucional, de cuja redação eu mesmo participei, para exprimir todos os nossos anseios de progresso e justiça social. Reflete, assim, uma visão intervencionista do Estado, do Estado como regulador das relações privadas, do Estado como agente de mudanças e promotor do desenvolvimento, do Estado como provedor de benefícios sociais sem a correspondente previsão de recursos. A Constituição inspirava-se, ademais, em um modelo autárquico de desenvolvimento.

As rápidas mudanças ocorridas no mundo e no Brasil logo fizeram ver, porém, que o texto constitucional necessitava de reformas.

O Governo tem uma estratégia clara para levar adiante as reformas. Já remeti ao Congresso um primeiro conjunto de emendas relativas à ordem econômica. Visam eliminar as restrições ao capital estrangeiro e as reservas de mercado para empresas nacionais, bem como flexibilizar os monopólios na área do petróleo e das telecomunicações. A Carta de 1988 distingue, por exemplo, entre empresa nacional e empresa estrangeira. Em vez de beneficiar igualmente todas as empresas que geram riqueza no Brasil, estabeleceu diferenças entre

elas e inibiu o ingresso dos novos investimentos externos de que o País precisa para continuar crescendo.

As reservas de mercado para determinados setores, como a de navegação de cabotagem e mineração, serviram para privilegiar algumas empresas que pouco se desenvolveram em matéria tecnológica e, portanto, deixaram de contribuir para o desenvolvimento dos setores em que estão instaladas. A flexibilização dos monopólios estatais nos setores do petróleo e das telecomunicações é uma medida que visa a suprir a carência de recursos do Estado e canalizar investimentos privados para áreas onde a ausência de novos investimentos pode resultar em estrangulamentos. Nesses casos, embora possam ocorrer parcerias, trata-se de possibilitar também investimentos exclusivamente privados.

As reformas na área previdenciária e tributária serão as próximas. No caso da Previdência, a necessidade de mudança de enfoque não é um problema apenas brasileiro. Afeta grande número de países e é derivada de mudanças estruturais, como o próprio envelhecimento da população, e do custo crescente da assistência médico-hospitalar.

Tenho de pensar com os olhos no futuro. Não posso imaginar que, num país jovem como o Brasil, em 10 ou 20 anos tenhamos mais pensionistas do que contribuintes à Previdência. A reforma previdenciária não visa prejudicar ninguém, nem ferir os direitos assegurados. O saneamento financeiro do sistema previdenciário, na verdade, beneficiará a todos, porque dará condições de previsibilidade àqueles que deixam o mercado de trabalho, sem onerar excessivamente aqueles que continuam a trabalhar.

A reforma tributária compreende dois aspectos. De um lado, um aspecto de natureza mais técnica, que é a simplificação dos impostos e a redução da carga tributária, acompanhadas da ampliação do universo de contribuintes. De outro, um aspecto mais político e complexo, relativo à repartição de receitas e responsabilidades nos três níveis de governo. A reforma tributária exige, assim, um diálogo amplo com as lideranças políticas no Congresso e no nível dos estados e municípios. Estamos avançando rapidamente nesse processo.

A aprovação das reformas será obtida com base em negociação com o Congresso. O sistema político brasileiro assim o exige. Talvez não ocorram tão rapidamente como gostaríamos. Poderão demandar, no que se refere à ordem econômica, três a quatro meses – pouco tempo para um país que tem tudo para melhorar seu futuro e que já melhorou seu presente. E serão fundadas em consensos sólidos e duradouros, o que é essencial para a saúde econômica e política do País. Há, no Brasil, plena autonomia e independência dos poderes. Nossa sistema é muito similar, nesse ponto, ao funcionamento das instituições dos Estados Unidos. Estou seguro de que, em conjunto com o Congresso, saberemos construir os entendimentos necessários à aprovação das reformas constitucionais. Um homem de ação não pode limitar-se a expressar suas posições pessoais; não pode permitir-se exercícios estéreis de voluntarismo. Precisa, isto sim, encaminhar as mudanças que acredita serem do interesse nacional. Precisa transformá-las em realidade.

A privatização é outro elemento central no conjunto de reformas a serem promovidas em meu Governo. Estou fazendo, nessa área, tudo o que a legislação me permite fazer. Um dos objetivos fundamentais da privatização é o equilíbrio do orçamento. Sabemos que é necessário conter a hemorragia de recursos públicos para financiar déficits das estatais. Com a privatização, estaremos também elevando a produtividade e a competitividade de setores importantes da economia, cuja ineficiência se escondia atrás da proteção contra a concorrência doméstica e externa. No setor siderúrgico, por exemplo, inteiramente privatizado, empresas antes deficitárias passaram a gerar lucros e a aumentar suas exportações. Isso num curtíssimo espaço de tempo.

Nada justifica a tese de que o Estado seja melhor empresário do que a iniciativa privada. A sociedade brasileira está convencida disso. Podemos, portanto, ser ambiciosos. As privatizações serão aceleradas. Estão incluídas na lista de privatizações, para este ano, 17 estatais, entre as quais importantes empresas na área de distribuição de energia elétrica – Ecsela e Light – e na petroquímica. Está prevista também a participação do capital estrangeiro na privatização de bancos oficiais, inclusive os estaduais. Não me refiro aqui a parcerias, mas à venda de controle acioná-

rio. As privatizações abrem, assim, grandes oportunidades de investimentos para o capital externo.

As concessões de serviços públicos serão outro fator de atração de investimentos. Com a aprovação recente da lei de concessões, a sociedade brasileira terá, nos recursos da iniciativa privada, alternativa concreta aos investimentos estatais, para modernizar e expandir setores de infra-estrutura.

Ganharão os consumidores, com melhores serviços, e o País, por passar a dispor de instrumentos mais eficazes para atender às crescentes demandas por obras de infra-estrutura, que o próprio desenvolvimento acaba por gerar. No setor elétrico, já iniciamos, neste ano, a nova prática de concessões de usinas geradoras.

Estamos, em suma, criando as condições internas, no Brasil, para favorecer a continuidade do desenvolvimento. Estamos reorientando a atuação do Estado para onde ela se faz mais necessária: na área social, na educação e saúde, porque o desenvolvimento do Brasil não pode prescindir de recursos humanos qualificados. Estamos removendo as restrições aos investimentos estrangeiros, eliminando a rigidez dos monopólios. Na era da economia globalizada, a competição não se dá pela intervenção direta dos Governos na produção, mas, sim, pela criação de um ambiente doméstico conducente à ação produtiva de indivíduos e empresas.

É claro que, para consolidarmos e até expandirmos nossas reformas internas, o cenário internacional deve ser favorável. Como resultado de sua maior integração na economia mundial, diversas economias dos países em desenvolvimento tornaram-se mais vulneráveis à instabilidade dos mercados financeiros internacionais, provocada pelas questões interligadas da volatilidade dos capitais, de ataques especulativos contra moedas e de variações nas taxas de câmbio. Os choques nos mercados financeiros centrais atingem proporções muito mais graves, ao se propagarem para os mercados menores dos países em desenvolvimento. Torna-se, assim, necessário haver maior cooperação e coordenação entre as autoridades monetárias, para conduzirem ações que previnam e encaminhem os problemas que, para os governos, possam surgir da instabilidade no sistema financeiro internacional.

O Brasil apresenta-se, hoje, como um caso único entre os países em desenvolvimento. Se há uma lição a ser tirada das crises por que passaram recentemente alguns países do Sul, é a de que é preciso evitar as generalizações. Sob o rótulo genérico de "economias emergentes", escondiam-se, na verdade, situações profundamente diferentes, que não se prestavam a associações automáticas. Equivocaram-se os que viam nas economias emergentes iguais chances de êxito. Assim como errarão aqueles que, numa mudança abrupta de perspectiva, nelas passarem a enxergar riscos em vez de oportunidades. Não devemos e não podemos cair no erro das generalizações – sobretudo quando estão em jogo decisões de investimento que afetam diretamente a vida de empresas e pessoas em diversas partes do mundo.

O Brasil reúne características próprias, um conjunto particular de traços que o diferenciam. A começar pela sua própria dimensão. Estamos falando de um PIB de mais de meio trilhão de dólares e de um mercado de cerca de 160 milhões de pessoas.

O crescimento da economia brasileira traduz-se em expansão considerável dos volumes de comércio com os demais parceiros. Ao crescer 5,7% em 1994, o PIB brasileiro produziu um aumento significativo nas importações provenientes dos EUA, em relação a 1993. O dinamismo da economia brasileira tem também importante influência sobre seus vizinhos na América do Sul, em especial sobre os do Mercosul.

Por outro lado, as variáveis macroeconômicas do Brasil são consistentes. As recentes medidas de elevação das alíquotas de importação para alguns produtos não representam sinal de retrocesso na abertura comercial do Brasil ao mundo. São medidas pontuais e temporárias. Foram adotadas com sentido de responsabilidade e se destinam a preservar as condições de estabilização trazidas pelo Real.

O Brasil deverá gerar, em 1995, superávit comercial menor do que em anos anteriores, embora os números indiquem que nossas exportações, neste primeiro trimestre, tenham marcado recordes históricos. O déficit em contas correntes será reduzido e perfeitamente financiável com o afluxo de capitais externos. O Brasil nunca desejou contar com capitais

de curto prazo para essa finalidade. Pelo contrário, tivemos de introduzir controles seletivos sobre o ingresso de capitais de natureza mais especulativa, que tinham efeito adverso e expansionista sobre a base monetária em reais. Contamos, sim, com capitais de médio e longo prazo, que revertam em financiamento para nossas empresas ou em novos investimentos produtivos. A geração de superávits comerciais é objetivo factível para uma economia que soube adaptar-se aos desafios da competitividade e da produtividade.

Talvez até melhor do que eu, as senhoras e os senhores conhecem a qualidade gerencial existente no Brasil e o dinamismo de nossa iniciativa privada. No Brasil está o parque industrial mais desenvolvido e integrado das economias em desenvolvimento.

O terceiro elemento que caracteriza o Brasil é o vigor de sua democracia. Suas instituições são sólidas; os atos do Governo, claros e transparentes; a imprensa, livre e ativa; a sociedade brasileira, intolerante em relação à corrupção. Somos um povo que se identifica com os valores democráticos, que tem homogeneidade cultural. Uma nação sem conflitos internos ou externos, que deseja apenas desenvolvimento e bem-estar social, bem como participar das decisões que levem a uma ordem internacional mais estável e justa.

Entre as economias do Sul, repito, o Brasil é, portanto, um país que reúne, ao mesmo tempo, três características que o singularizam: grande dimensão, variáveis econômicas sadias e regime democrático pleno.

O Brasil é um porto seguro. Este é o momento de investir no País. Saberão tirar melhor proveito das oportunidades aqueles que antes chegarem.

As relações do Brasil com os Estados Unidos constituem impulso adicional à expansão dos investimentos. Os Estados Unidos são os responsáveis por cerca de um terço dos investimentos estrangeiros no Brasil. São, individualmente, o maior investidor no Brasil. O Brasil, por seu lado, responde pela maior parte dos investimentos estrangeiros dos Estados Unidos na América Latina. Foi recentemente constituído pelos dois Governos, com o objetivo de impulsionar as relações comerciais, um Conselho de Desenvolvimento Empresarial.

A integração das Américas em termos de comércio e investimentos é compromisso fixado na Cúpula de Miami. É um objetivo que passará necessariamente pela aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Os acordos comerciais de que cada um faz parte, o Mercosul e o Nafta, não poderão deixar de convergir.

As duas maiores democracias do hemisfério têm oportunidade histórica para expandir os seus fluxos de comércio. Saberemos aproveitá-la.

Senhoras e Senhores; O Brasil é um país cujas características estruturais favoráveis ao desenvolvimento encontram atualmente conjuntura extremamente positiva. Ingressamos em novo ciclo de crescimento sustentado, para o qual a iniciativa privada e o capital externo continuarão sendo chamados a desempenhar papel importante, particularmente na geração de empregos, na modernização tecnológica e no aumento da competitividade da economia brasileira.

Muito obrigado.